

LEI Nº 22, DE 08 DE MARÇO DE 2010.



**ATUALIZA E REDEFINE A OBRIGAÇÃO  
DE PEQUENO VALOR PARA  
PAGAMENTO PELO MUNICÍPIO DE  
BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO  
DO PARANÁ, EM VIRTUDE DA  
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº  
62/2009, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** ~~Fica redefinido, nos termos do § 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal, como obrigação de pequeno valor, dívidas e outros encargos de responsabilidade do Município, cujo montante total, não ultrapasse R\$ 3.416,54 (três mil e quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos).~~

**Art. 1º** O valor máximo para pagamento de obrigações de pequeno valor, dívidas e outros encargos devidas pelo Município de Boa Vista da Aparecida em virtude de sentença judicial transitada em julgado será o valor do maior benefício do regime geral de previdência social, de acordo com o que determina os §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 564/2022)

~~§ 1º O valor definido no caput deste artigo, equivalente ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, será reajustado no mês de janeiro de cada ano, segundo a variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.~~

§ 1º O valor definido no caput deste artigo, será reajustado no mês de janeiro de cada ano, segundo os critérios definidos pela Portaria do Ministério de Estado da Economia ou órgão competente que defina o valor do maior benefício pago pelo regime geral de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 564/2022)

§ 2º Os créditos referidos nesta lei serão pagos diretamente pela Secretaria de Finanças, mediante simples apresentação do documento hábil e obedecidas as formalidades.

§ 3º Sendo devido pelo Município de Boa Vista da Aparecida, quantia maior que o valor máximo de pagamento de obrigações de pequeno valor definido neste artigo, deverá ser

expedido o precatório na forma do artigo 100 "caput" e incisos da Constituição Federal. (Redação acrescida pela Lei nº 564/2022)

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, 08 de março de 2010.

WOLNEI ANTÔNIO SAVARIS  
Prefeito Municipal

Download do documento